

25 MAR 1992

EDITA MERCANTIL

Decretos sobre precatório e Secretaria de Governo podem ser aprovados no Congresso

por Eduardo Hollanda
de Brasília

A Câmara dos Deputados deverá ter hoje votações polêmicas: a primeira é a do decreto legislativo que susta os efeitos do precatório, que adia para o ano que vem o reajuste de 147% aos aposentados. Depois de bloquear as votações na Câmara desde o começo da sessão legislativa, o decreto deverá ser aprovado hoje, com ampla maioria de votos.

O governo chegou à conclusão de que os efeitos do decreto do PMDB e das oposições são "inóquos" e que a decisão caberá mesmo ao Supremo Tribunal Federal.

Aprovado esse decreto, a Câmara deverá votar finalmente a criação da Secretaria de Governo, que será ocupada pelo ministro Jorge Bornhausen. Outra votação trata do pedido de urgência para o projeto de política salarial, apresentado pelo deputado Paulo Paim (PT-RS). O projeto estabelece a reposição salarial da inflação em cada mês e, segundo fontes do próprio partido, servirá para colocar a questão em debate. Depois, deve ser votada emenda constitucional do senador Nélson Carneiro, que limita os salários de deputados estaduais a 75% do salário dos deputados federais.

O presidente do Congresso e do Senado, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), cumpriu a ameaça, feita pela manhã na sessão

do Congresso, e escolheu, por ordem alfabética, os 44 deputados (22 titulares e 22 suplentes) do bloco (PFL-PRN-PSC) que deverão integrar a Comissão Mista de Orçamento este ano.

Benevides disse que havia dado como prazo-limite às 19 horas de ontem, quando seria iniciada a sessão do Congresso. Como a lista não foi apresentada pelo líder do Bloco na Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, Benevides usou o alfabeto, deixando de fora nomes como o de Messias Goes, que deve, na prática, ser o presidente, Ney Lopes, e o próprio líder Luiz Eduardo Magalhães.

A ação de Benevides teve efeito relativo. O regimento permite aos líderes a troca de todos os nomes de seu partido nas comissões. Luiz Eduardo e Messias Goes passaram o começo da noite elaborando a lista definitiva, que será encaminhada hoje ao presidente do Congresso.

Em princípio, a presidência da Comissão de Orçamento caberá, neste ano, à Câmara, e ao Bloco, como partido majoritário. A relatoria-geral, assim, ficaria, pelo rodízio entre as duas casas, com o Senado e com o PMDB. Há, porém, movimento na bancada do PMDB na Câmara de exigir a relatoria. A principal alegação dos parlamentares diz que apenas a bancada do partido no Senado terá poder nessa comissão deixando os 103 deputados do PMDB em posição secundária.